

**O EXTRATIVISMO ARTESANAL FRENTE AO
EXTRATIVISMO ESPOLIADOR: AS RESERVAS
EXTRATIVISTAS COMO INSTRUMENTO DE GARANTIA
DOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS NO BRASIL**

Suana Medeiros Silva¹

1. Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco, Brasil. Email: swanygeo@yahoo.com.br

Artigo recebido 08/04/2016 e aceito em 02/06/2016

RESUMO

Como povos extrativistas, as comunidades que praticam a pesca artesanal são diretamente afetadas por um projeto de desenvolvimento essencialmente desigual, elitista e autoritário, levado a cabo pelas políticas desenvolvimentistas implantadas pelo Estado e seus governos. No entanto, onde existe conflito há também resistências, que constroem-se e manifestam-se por diversas lutas e estratégias, dependendo das tensões e das possibilidades conjunturais. Nesse sentido, as Reservas extrativistas vêm representando desde a década de 1990 um instrumento de luta por garantia e proteção dos territórios de povos extrativistas, como das comunidades de pesca artesanal. Esse artigo é parte de resultados iniciais da pesquisa de tese de doutorado e tem dois objetivos centrais: em primeiro lugar discutir acerca da importante diferença entre o extrativismo praticado por povos e comunidades tradicionais e o extrativismo capitalista; e em segundo lugar visibilizar e analisar os processos de luta, implantação e gestão compartilhada da e na Resex frente ao capital e ao Estado. A área de estudo é a Resex Acaú-Goiana, criada no ano 2007 e localizada entre os estados da Paraíba e Pernambuco.

Palavras-chave: pesca artesanal; capital; Estado; extrativismo espoliador; reservas extrativistas.

**SMALL SCALE EXTRACTIVE FISHERY FACING CAPITALIST EXTRACTIVE
RAPE: THE EXTRACTIVE RESERVES AS A GUARANTEE OF SMALL SCALE
FISHERY TERRITORIES IN BRAZIL**

ABSTRACT

As extractive peoples, communities who practice small scale fisheries are directly impacted by unequal, elitist and authoritarian development. That projects are implemented through development state policies. However, where there are conflicts, there are also resistances that are constructed and manifested in different struggles and strategies, depending on the tensions and short-term possibilities. Because of that, since the early 1990, Extractive Reserves – Resex are represented an important struggle instrument, to protect the extractive territories and the small scale fishing communities. This article show the initial research results of a doctorate thesis that has two main objectives: The first one, argue about the main differences between the extractive activity, that are practiced by the traditional fishing communities and the capitalist extractive rape. The second one, analyze the implementation, management and struggle processes around the Resex against capital and state. ACAU-Goiana, Resex, the area on focus, is located between Paraíba and Pernambuco states, and was created in 2007.

Keywords: Small scale fisheries, capital, state, extractive pillaging, extractive reserves.

INTRODUÇÃO

As comunidades de pesca artesanal no Brasil sofrem historicamente com os processos de dominação e exploração do trabalho, e com o avanço do capital sobre os seus territórios. Como povos extrativistas, são diretamente afetados por um projeto de desenvolvimento essencialmente desigual, elitista e autoritário, levado a cabo pelas políticas desenvolvimentistas implantadas pelo Estado e seus governos. O mesmo acontece com comunidades camponesas, indígenas, quilombolas e comunidades que praticam outros extrativismos além da pesca artesanal.

Variando de acordo com o momento político-econômico, mas com o mesmo objetivo principal que é garantir a reprodução e a circulação do capital, essas políticas se traduzem em um conjunto de ações do Estado como doações de terra, incentivos fiscais e obras de infraestrutura para o capital privado, além de megaprojetos estatais. Além de serem financiadas com recursos públicos e executadas com o apoio do aparato jurídico, são implementadas em sua maioria por meio de processos ilegais e violentos sobre os povos tradicionais.

Esse modelo de “desenvolvimento” idealizado e aplicado pelos governos ao longo da história do Estado-nação brasileiro, é a reprodução e ao mesmo tempo a consequência direta da relação hierárquica entre os Estados capitalistas, onde a América Latina é perpetuada como região economicamente periférica. Assim, sendo econômica e politicamente periférica nessa relação, é conseqüentemente “periférica” na divisão internacional do trabalho, sendo portanto, responsável pela produção de *commodities* de diversos gêneros, que são direcionadas ao mercado internacional – apesar de também sofrer em dados momentos da história e também atualmente com a corrida desesperada para uma industrialização que se pensa urgentemente necessária e tardia, tendo como objetivo os mercados interno e externo.

Para que toda essa mercadoria seja produzida aqui – tanto os produtos primários quanto os industrializados – e tenha circulação garantida dentro e fora do país, o capital necessita de terra, água, incentivos fiscais, infraestrutura, grandes obras e mão de obra barata. E para que o capital faça uso de cada um desses elementos, é necessário que haja contínua expropriação e exploração da natureza e do trabalho. A *Teoria da dependência*, discutida por Marini (1991), a teoria descolonial por Aníbal Quijano (2003), Walter Mignolo (2005), dentre outros, assim como as discussões mais recentes feitas por Maristella Svampa, Mirta Alejandra Antonelli, Raúl Prada Alcoreza (2012), dentre outros autores, nos dão base para compreender melhor o lugar da América Latina na economia e na política mundial.

Como resultado desse conjunto de condições postas em prática, os espaços onde os

povos e as comunidades supracitas reproduzem suas vidas, são alvos de inúmeros conflitos que resultam do interesse econômico que tais espaços representam para o capital e para o Estado. No entanto, onde existe conflito há também resistências, que constroem-se e manifestam-se por diversas lutas e estratégias, a depender do momento histórico, das tensões e das possibilidades. Nesse sentido, as Reservas extrativistas vêm representando desde a década de 1990 um instrumento de luta por garantia e proteção dos territórios de povos extrativistas, como das comunidades de pesca artesanal.

A Reserva Extrativista – Resex é uma das categorias de Unidades de Conservação que integra o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza no Brasil – SNUC, instituído pela Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. A primeira Resex do país foi criada na década de 1990 por meio de um decreto, como resultado do processo de luta pela terra dos povos seringueiros do norte brasileiro. Atualmente, existem mais de sessenta Resex em todo o país, dentre as quais também se encontram as Reservas Extrativistas Marinhas. As Reservas são áreas utilizadas por populações extrativistas tradicionais, que segundo a legislação, têm sua existência baseada no extrativismo e complementarmente na agricultura e na criação de animais de pequeno porte. Segundo a lei, as Resex têm como objetivos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, assegurando o uso “sustentável” dos “recursos” naturais da unidade.

Esse trabalho é parte de resultados iniciais da pesquisa de tese de doutorado e tem dois objetivos centrais: discutir acerca da importante diferença entre o extrativismo praticado por povos e comunidades tradicionais e o extrativismo capitalista, inserido na lógica das *commodities* e; visibilizar e analisar os processos de luta, implantação e gestão participativa da e na Resex frente ao capital e ao Estado. A área de estudo é a Resex Acaú-Goiana, criada no ano 2007 e localizada entre os estados da Paraíba e Pernambuco.

Temos como premissas para esse estudo, o entendimento do capitalismo como um modo singular de *controle sociometabólico*, incapaz de funcionar sem uma estrutura de comando adequada (MÉSZÁROS, 2011). Essa estrutura de comando, o Estado, que controla e media a relação capital-trabalho é também responsável pelo consumo e circulação, possuindo uma relação de interdependência de forças e ações com o capital. Assim, o Estado nasce pela necessidade de controlar estruturas de relações que não poderiam ser autorreguladas pelo capitalismo. Contudo, Harvey (2005) nos alerta que o Estado não é um reflexo direto das relações capitalistas, afirmando que a base econômica (capitalismo) e a superestrutura (Estado) se associam existindo simultaneamente e não sequencialmente. É uma relação dialética, onde a consciência e a luta de classes influenciam na materialização da mesma. Nesse sentido, também afirma Mascaró (2013) que na constituição da forma econômica e da forma política – no

entrelaçamento das duas – permeia a luta de classes, só sendo possível entender a materialização da forma política por meio dos variáveis e distintos movimentos das lutas de classes.

É a partir desses entendimentos acerca da relação entre capital, Estado e luta de classes que lançamos nosso olhar sobre os conflitos e as resistências que envolvem as comunidades de pesca artesanal; especialmente sobre a luta pelas reservas extrativistas como uma das formas de regularização e proteção dos territórios pesqueiros.

O EXTRATIVISMO ARTESANAL FRENTE AO EXTRATIVISMO ESPOLIADOR

Retomamos aqui a discussão acerca do caráter artesanal do trabalho da pesca, para problematizar uma questão que nos causa inquietação, referente ao uso da palavra “extrativismo”. A pesca artesanal é uma atividade extrativista, praticada em pequenas escalas de produção por pessoas, grupos e comunidades com o objetivo imediato de existência, de reprodução da vida. É considerada um modo de vida, dado o conjunto de elementos culturais – materiais ou simbólicos – que permeiam a vida cotidiana das pescadoras e pescadores artesanais, no âmbito familiar e laboral. É também considerada uma arte (Ramalho, 2002), dada a complexidade, liberdade e ao mesmo tempo a simplicidade com as quais é praticada.

Dentro do conjunto de características que definem a pesca artesanal, destacamos a forma com que as pescadoras e os pescadores se relacionam com a natureza, em um universo de fazeres e saberes que envolvem um contínuo esforço de troca e respeito ao movimento natural dos ecossistemas, da natureza. Ressaltamos, sobretudo, que é uma atividade praticada fora dos moldes capitalistas, no que diz respeito tanto às relações de exploração do trabalho, quanto as relações de exploração da natureza. Pescadoras e pescadores artesanais são trabalhadoras e trabalhadores – em escala global – que, por resistirem de diversas maneiras ao longo da história do capitalismo, seguem em sua maioria tendo acesso aos seus meios de produção e reproduzindo uma lógica de vida diferenciada – e de certa forma autônoma – apesar de estarem inseridos no sistema mundial capitalista.

O ritmo da produção/extração, o tempo e as relações sociais de trabalho, dentre outros, são elementos da pesca artesanal que não se enquadram nos parâmetros que fazem parte do controle social, econômico e político que o capital exerce sobre as sociedades, sobre suas diversas atividades econômicas e sobre a força de trabalho de forma geral. Queremos a partir desses elementos, deixar clara a importante diferença entre o extrativismo da pesca artesanal e o extrativismo do modo de produção capitalista.

Na América Latina, o extrativismo vem sendo fortemente vinculado à ideia de desenvolvimento. E a ideia de desenvolvimento, fortemente ligada à “necessária” exacerbada exploração da natureza e conseqüentemente, à apropriação privada da terra, da água e dos demais bens naturais de uso comum. Ademais disso, a ideia hegemônica de desenvolvimento supõe um crescimento econômico, acompanhado de grandes obras, megaprojetos e toda uma infraestrutura para a reprodução do capital, que pouco ou nada tem relação com o desenvolvimento das condições materiais básicas e necessárias das populações e concretamente, se distancia sobretudo da soberania alimentar. A partir dessas vinculações, se justificam as ações empresariais e estatais que visem tal desenvolvimento, ainda que o alto preço seja pago pelos povos originários e tradicionais, trabalhadores e trabalhadoras e pela natureza. Nesse sentido, Svampa (2012), ao mesmo tempo em que contextualiza de forma econômica, histórica e política o papel do extrativismo na reprodução mundial capitalista e na hierarquia entre países economicamente periféricos e centrais, também o define em termos atuais:

En el actual contexto, el extractivismo debe ser comprendido como aquel patrón de acumulación basado en la sobre-explotación de recursos naturales [natureza], em gran parte, no renovables, así como en la expansión de las fronteras hacia territorios antes considerados como “improductivos”. Por ende, no contempla solamente actividades típicamente extractivas (minería y petróleo), sino también otras actividades (como los de agro-negocios o los biocombustibles), que abonan una lógica extractivista a través de la consolidación de un modelo-mono productor. Asimismo, comprende también aquellos proyectos de infraestructura previstos por el IIRSA (Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana), en materia de transporte (hidrovías, puertos, corredores biocénicos, entre otros), energía (grandes represas hidroeléctricas) y comunicaciones, programa consensuado por varios gobiernos latinoamericanos em el año 2000, cuyo objetivo central es el de facilitar la extracción y exportación de dichos productos hacia sus puertos de destino. (SVAMPA, 2012, grifo nosso).

O extrativismo apresentado por Svampa e por diversos autores latinoamericanos como Mirta Alejandra Antonelli, Raúl Prada Alcoreza, dentre outros, se constitui de características fundamentais e intrínsecas à reprodução do capital e é atualmente um dos carros-chefes dessa reprodução na América Latina e em outros países de economia periférica. Assim, percebe-se que o termo *extrativismo* vem sendo utilizado para definir um modelo de produção violento, expropriador, destruidor da natureza, violador de direitos humanos. Ao retomar as ideias supracitadas em outro texto publicado no ano seguinte, Svampa (2013) denomina em alguns momentos do texto, esse extrativismo de *neoextrativismo*, mantendo porém, na maioria das vezes, apenas o termo *extrativismo*.

No Brasil, tal termo não é utilizado com a mesma frequência para designar esse modelo de reprodução do capital. Geralmente, são utilizados termos como “modelo agroexportador” ou “modelo primário exportador” por autores como Cruz, Porto-Gonçalves, Oliveira, Ramos Filho, dentre outros. Por sua vez, o termo “extrativismo” no Brasil é mais utilizado para referir-se ao extrativismo de comunidades tradicionais. Isso, porque a mulher e o homem extrativistas se tornaram historicamente sujeitos políticos de luta por seus territórios, assim como camponesas e camponeses. As comunidades tradicionais extrativistas, reproduzem suas vidas tendo como base principal a extração vegetal e animal, a exemplo do látex na floresta amazônica, de frutos como a mangaba, a andiroba e o coco babaçu em diversas regiões brasileiras e também a pesca artesanal de diversas espécies em todo o país.

Nossa inquietação vem de que ainda diante da carga histórica que o termo “extrativismo” adquiriu no Brasil, muitas vezes o termo é utilizado de forma descontextualizada. E o maior problema é, sobretudo, a utilização do mesmo para apontar as comunidades de pesca artesanal como predadoras e principais responsáveis pela degradação da natureza nos ecossistemas onde praticam a atividade. O Estado e os setores privados defensores da aquicultura, apontam a pesca artesanal, por ser extrativa, como culpada pela suposta escassez dos “recursos pesqueiros”. Sendo que na realidade, a pesca industrial é a grande representação da pesca predatória e as empresas de aquicultura e diversos outros empreendimentos, são de fato os responsáveis pela poluição dos corpos de água. Além disso, é importante pautar essa questão no debate latinoamericano, considerando as diferenças e semelhanças entre os idiomas castellano e português. Assim, contribuimos na tentativa que as confusões e distorções em torno do termo sejam evitadas.

Dessa forma, queremos apontar e reivindicar o reconhecimento da abissal diferença que há entre esse extrativismo capitalista – o “modelo agroexportador” – e o extrativismo praticado na pesca artesanal. Com base no conhecimento teórico e empírico que temos acerca dos dois extrativismos, tanto no que se refere à prática, quanto no que se refere à ideologia, queremos deixar claro que o extrativismo como “padrão de acumulação baseado na sobre-exploração” da natureza, é outro e não o mesmo extrativismo praticado por pescadoras e pescadores artesanais, que o praticam em uma relação de troca e respeito com a natureza.

O extrativismo capitalista se insere no que Harvey (2004) denomina de “acumulação por espoliação”. Retomando o conceito de “acumulação primitiva” de Marx e a discussão que Rosa Luxemburgo também faz em torno disso, Harvey aponta para a atualidade dos elementos que caracterizam essa forma de acumulação que, para os referidos autores, diria respeito a uma etapa originária ou exterior ao capitalismo e não a todas as fases de desenvolvimento do capital.

Segundo ele, a descrição de Marx sobre a “acumulação originária” revela uma amplitude de processos: a mercantilização e privatização da terra com a expulsão de populações camponesas; a conversão de formas de direito de propriedade em direitos de propriedade exclusivos; a supressão do direito aos bens comuns; a transformação da força de trabalho em mercadoria e a supressão de formas de produção e consumo alternativas; os processos coloniais, neocoloniais e imperialistas de apropriação de “recursos naturais”; a monetização de intercâmbios e arrecadação de impostos da terra; o tráfico de escravos; a dívida pública e o sistema de crédito. De acordo com Harvey, todos esses elementos têm estado presentes claramente “na geografia histórica do capitalismo”; alguns com adequações atuais e inclusive com uma importância maior atualmente do que a que tinha no passado. Com essas afirmações, ele argumenta e justifica o conceito “acumulação por espoliação”, que passa a utilizar a partir de então:

Una revisión general del rol permanente y de la persistencia de prácticas depredadoras de acumulación “primitiva” u “originaria” a lo largo de la geografía histórica de la acumulación de capital resulta muy pertinente, tal como lo han señalado recientemente muchos analistas. Dado que denominar “primitivo” u “originario” a un proceso en curso parece desacertado, en adelante voy a sustituir estos términos por el concepto de “acumulación por desposesión”. (HARVEY, 2004, p. 112-113).

A argumentação e o conceito de Harvey – acumulação por espoliação –, nos ajuda a reiterar a importância de caracterizar e diferenciar os elementos e processos que fazem parte dessa acumulação, deixando claro nessa relação de dominação e resistências, a posição que ocupa cada um dos lados. Por exemplo, nesse sentido, o referido autor ressalta que o Estado, ao possuir o monopólio da violência e as definições de legalidade, tem um papel crucial no respaldo dos processos de acumulação do capital. Assim, a acumulação por espoliação é um processo capitalista contínuo e respaldado pelos Estados-nação. Os mesmos Estados que na América Latina subsidiam o modelo extrativista que tem como base a expropriação, a exploração e a violência sobre populações, comunidades, grupos e pessoas em nome do “desenvolvimento”. Os mesmos Estados que, ao subsidiarem esse modelo, estão indireta ou diretamente (na maioria dos casos) violentando e suprimindo as formas de vida contrárias a esse modelo de “desenvolvimento”.

A partir das questões levantadas até aqui, da diferenciação que apontamos entre as duas formas de extrativismo e da importância em torná-la relevante, visando denunciar e evitar o uso tendencioso do termo extrativismo em discursos que objetivam relacionar a degradação da natureza às comunidades tradicionais e ao desenvolvimento, passaremos a denominar o extrativismo capitalista de extrativismo espoliador e o extrativismo praticado na pesca artesanal

de extrativismo artesanal. Poderíamos atribuir outros vários adjetivos ao primeiro, a exemplo de expropriador, violento, explorador, destruidor. Mas optamos por lançar mão do termo que Harvey utiliza para designar a forma de acumulação que perpassa todas as fases históricas do capitalismo – espoliação –, por concordarmos que se trata de um termo que cumpre a função de denúncia da violência com a qual vem se dando esses processos.

Por outro lado, optamos por utilizar o termo “artesanal” para o extrativismo da pesca artesanal, pelo fato de que o termo carrega socialmente a significação de práticas originárias, tradicionais, não violentas, de trocas equilibradas entre trabalhadoras, trabalhadores e natureza e, sobretudo, por ser um termo utilizado pelas próprias pescadoras e pescadores para denominar a atividade que praticam para reprodução de suas vidas. O extrativismo da pesca artesanal resiste e segue sendo apenas – e por isso mesmo extremamente importante – o meio de vida de milhares de pessoas no Brasil e no mundo. O extrativismo artesanal é, portanto, o extrativismo vegetal e animal praticado por povos originários, povos da floresta, povos tradicionais, que extraem da natureza uma produção em pequena escala, com o objetivo de existência e reprodução da vida e não de acumulação. Do ponto de vista da relação com a natureza, é um extrativismo sob a lógica do compartilhamento dos bens naturais de uso comum. Do ponto de vista do trabalho, é um “trabalho concreto”, não alineado, não explorado, de relação de troca direta com a natureza, onde cada trabalhadora e trabalhador tem o domínio do saber, do fazer e do produto final desse trabalho.

RESEX ACAÚ-GOIANA: A HISTÓRIA DA LUTA PELO TERRITÓRIO POR COMUNIDADES PESQUEIRAS DOS ESTADOS PARAÍBA E PERNAMBUCO

A Reserva Extrativista Acaú-Goiana, a qual estudamos atualmente, abrange os municípios de Pitimbu e Caaporã, no estado da Paraíba; e Goiana, no estado de Pernambuco, possuindo uma área aproximada de 6.678 hectares. A Resex foi criada no ano de 2007, por meio de um Decreto em 26 de setembro.

O processo de construção da proposta da Reserva Extrativista Acaú-Goiana durou nove anos até a implementação da mesma. Foi um processo de luta no qual foram se envolvendo gradativamente as comunidades que faziam uso comum dos bens naturais da área, assim como instituições que tinham interesse em contribuir com a proposta da Resex e com a sua efetivação. O que fica claro a partir da história e da realidade encontrada atualmente na Resex, é a existência de uma “gestão compartilhada” entre os grupos e comunidades que vivem e reproduzem suas vidas dentro dos limites da reserva. Além disso, a forma como foi construída também reflete

um modo de gestão participativa, visto que as comunidades interessadas estiveram envolvidas o tempo todo no processo e assim continuam, por meio de suas representações no Conselho Deliberativo.

Por outro lado, é importante atentar para os confrontos de interesses e de uso que motivam os diversos grupos a se envolverem nessa gestão. Dentro da área da Resex, assim como na área de amortecimento – e conseqüentemente, dentro do Conselho deliberativo – além das comunidades de pescadoras, marisqueiras e pescadores artesanais, há representantes de empresas privadas e do poder público local que, em sua maioria, divergem nas formas de uso e nos objetivos ao que se refere à área da Resex.

O breve resgate histórico do processo de luta e conquista da Resex Acaú-Goiana que segue, tem como base documentos disponibilizados pelo Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP, com sede em Olinda/PE. Os documentos utilizados são: 1) Relatório Final de Pesquisa referente ao Programa de infraestrutura para jovens pesquisadores – Programa Primeiros Projetos – PPP/Facepe/CNPq, realizado por equipe de pesquisadores da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ, 2011, intitulado *Reservas extrativistas e pesca artesanal: etnografia do campo socioambiental em Pernambuco*; 2) *Análise da proposta de implementação de Reserva Extrativista Acaú-Goiana*, da Comissão de Defesa do Meio Ambiente do estado de Pernambuco; 3) *Diagnósticos socioeconômico, ambiental e biológico da região dos estuários dos rios Goiana e Megaó – PE/PB*, elaborado em conjunto entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e a Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

O início da luta se dá no ano de 1998 com a proposta de uma Resex que abrangesse os estuários do rio Timbó, o Canal de Santa Cruz e o rio Goiana. O que motivou a luta e tal proposta foi um contexto crescente de conflitos no que diz respeito à poluição e degradação dos corpos de água da região por parte de empresas privadas e, conseqüentemente vários danos sofridos pelas comunidades. Nesse sentido, ganha destaque o caso do Canal de Santa Cruz quando nos anos de 1970, o rio Botafogo sofreu uma forte poluição química por resíduos industriais, culminando com algumas mortes na década de 1980. A isso, se somam alguns empreendimentos de piscicultura em áreas de manguezais que iniciaram sua implantação nesse período, aumentando de quantidade e se fortalecendo na região nos anos 90.

Apesar desses conflitos, a conjuntura apontava nesse período, para uma nova possibilidade institucional de resistência para as comunidades que reproduziam suas vidas a partir do uso comum da natureza. Com a criação da primeira Reserva extrativista do país em 1990, por meio de um processo de luta pela terra dos povos seringueiros do norte brasileiro,

outros povos iniciaram a luta também pela implantação da resex em diversos estados. Assim, diante dos conflitos vivenciados e da possibilidade de garantia dos espaços pesqueiros – informada inclusive pelo IBAMA local –, em 1998 é então formulada por pescadoras e pescadores com o apoio do CPP, a primeira proposta de resex para Pernambuco, a *Resex da Mata Norte* (com abrangência para o rio Timbó, o Canal de Santa Cruz e o rio Goiana). A proposta foi um dos encaminhamentos de reunião realizada na colônia de pescadores de Ponta de Pedras/PE e foi encaminhada ao IBAMA pelas Colônias de Baldo do Rio Z-14, Tejucupapo Z-17, Atapuz Z-15 e Ponta de Pedras Z-03 (todas pertencentes ao município de Goiana/PE).

O processo de solicitação ficou parado em Brasília, sem respostas. De acordo com um dos documentos que nos servem de base, Alexandre Cordeiro, um técnico que compunha o Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável – CNPT – IBAMA, afirma que a implantação de reservas extrativistas, levado a cabo por este centro específico, refletiam uma “oposição técnica” ao Governo Federal. Reflexo disso, foram os anos em que o processo de solicitação da Resex Mata Norte ficou parado em Brasília. Não havia interesse do Governo Federal em conceder tais unidades de conservação, visto que significavam uma garantia legal de delimitação e manutenção de territórios pesqueiros. A influência do governo estadual também é significativa nesse sentido, visto que essas áreas eram e são de interesse especulativo para diversos empreendimentos “públicos” e privados.

Enquanto o processo da Resex da Mata Norte estava parado, na Paraíba a Associação de Marisqueiras de Acaú (município de Pitimbu) começou a organizar um movimento para solicitação de uma resex para o estuário do rio Goiana, que era a divisa natural entre os estados Paraíba e Pernambuco. O movimento era liderado pela marisqueira Luzia Brazilina dos Santos, com o apoio de agentes do IBAMA/PB. No ano de 2004 professores da Universidade Federal da Paraíba – UFPB emitem um parecer sobre os limites propostos para a resex Mata Norte. Tal parecer – solicitado pelo IBAMA/PB – ressalta a necessidade de ampliação da área inicial proposta, de forma que a margem direita do rio Goiana fosse incluída, considerando a intensa atividade extrativista por parte de pescadores e marisqueiras na área. Assim, quando informados dessa proposta de ampliação, o CPP e a colônia de pescadores de Tejucupapo Z-17 iniciaram contato com os técnicos do IBAMA/PB, IBAMA/PE e da UFPB para comunicar o interesse na implementação da resex que contemplasse os dois estados. A partir de então, foram realizadas vistas de técnicos às comunidades em questão e o envolvimento delas no processo de solicitação. Seguidamente, entre os anos de 2005 e 2006 foi elaborado o *Diagnóstico socioeconômico, ambiental e biológico da região dos estuários dos rios Goiana e Megaó – PE/PB*.

Durante todo o processo o Movimento de pescadoras e pescadores em Pernambuco e o CPP estiveram mobilizando e envolvendo as comunidades por meio das colônias na construção da resex. Tais ações eram necessárias para enfrentar o movimento contrário à implementação, como um GT criado pelo Governo do estado de Pernambuco em 2007, fruto da pressão dos empresários usineiros e que tinha como objetivo inviabilizar a criação da resex por meio de uma análise sobre sua pertinência. No mesmo ano, houve duas reuniões convocadas pelo CPP para questionar a criação desse GT, que tinha treze representantes, incluindo três secretarias do estado/PE e representantes do IBAMA, CPP, GRPU, da Prefeitura de Goiana, da Federação das Indústrias, do setor sucroalcooleiro, dentre outros. O CPP e o IBAMA se retiraram do GT alegando que o mesmo desconsiderava o processo em curso. O IBAMA seguiu somente como ouvinte para prestar esclarecimentos sobre o processo e indicou outras entidades representativas como a Fundaj, Seap, Oceanografia/UFPE, ONG's e colônias para diminuir a representatividade do Governo que era maior. Essa sugestão não foi atendida.

Os mais importantes pontos de conflito nesse momento era a *zona de amortecimento* da resex, que preocupava os empresários usineiros e; o projeto do Polo Farmacoquímico de Goiana que preocupava empresários industriais, Governo do estado e prefeitura de Goiana. O GT não ganhou força e foi vencido pela luta das pescadoras e pescadores que já estava em curso, com o apoio do CPP e a parceria do IBAMA. Ainda no ano de sua implementação legal – 2007 – aconteceram duas audiências públicas, uma em Acaú e outra em Goiana, onde houve forte embate entre os interessados na resex e os usineiros do estado. Nesse mesmo período foram delimitados os limites e finalmente criada a Resex Acaú-Goiana.

Entretanto, no contexto nacional a conjuntura política e administrativa foi um entrave para o andamento do processo de implantação da resex. Quando da criação do Instituto Chico Mendes – ICMBio em agosto de 2007 e do repasse da maioria das funções do IBAMA para ele – inclusive a gestão das unidades de conservação – houve uma grande lentidão na reorganização dessas funções. Somou-se ainda a essa transição, a entrega do cargo de Ministra do Meio Ambiente por Marina Silva, motivada por divergências com a Casa Civil em relação a licenciamentos do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC. Esse contexto de rompimentos e transições ocasionou a paralisação do processo de implantação da resex até o ano de 2009.

É importante ressaltar a existência de uma grande área de carcinicultura localizada no meio do manguezal pela empresa Atlantis. Área esta que prevalece até hoje, mesmo após a implantação da Resex Acaú-Goiana. A área da Resex subtrai a área que compreende a empresa. Atualmente a criação está inativa, mas a empresa afirma que vai reativá-la em breve. Essa área é de aproximadamente 738 hectares. A área de carcinicultura fica literalmente no centro da

Resex, rodeada de manguezais e rios, sem fazer parte dela na legislação ambiental. Outra empresa de carcinicultura que explorava e ainda explora essa área, especificamente no Canal de Santa Cruz, é a Netuno.

Para o Canal de Santa Cruz, a proposta passou então a ser a criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS, visto que o processo da resex estava avançando e que seria mais difícil a aprovação de uma área muito maior para a resex. E ademais, a possibilidade de uma RDS nessa área era bastante significativa por conta do histórico de degradação da natureza por parte da carcinicultura. Dessa forma, o IBAMA elaborou laudos do Canal e uma solicitação de criação de uma RDS. No entanto, o Governo do estado de Pernambuco, que foi contrário a criação da resex Acaú-Goiana, mas que não teve força para impedi-la, também posicionou-se contra a criação da RDS, tendo poder de influência na decisão do Governo Federal. A contraproposta do governo estadual aceita pela Casa Civil foi a criação de uma Área de Preservação Ambiental – APA. A discussão da APA foi iniciada em maio de 2008 e no mês de outubro foi efetivada sua criação. A APA é uma unidade de conservação que tem como objetivo “proteger a diversidade biológica e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais”; e onde é permitida a existência de empreendimentos públicos e privados. Assim, gerida pelo governo estadual, oferece possibilidades de empreendimentos, investimentos e especulação imobiliária que uma Resex e RDS não possibilitam. Essa é a motivação do posicionamento do Governo Estadual em relação as referidas unidades em Pernambuco.

A VIDA COMPARTILHADA NOS BENS NATURAIS DE USO COMUM

A criação da Resex dentre outras coisas, instituiu a demarcação de um território que deve ser protegido; oficializou a necessidade de fiscalização das formas de uso da natureza e possibilitou a criação do Conselho gestor com poder deliberativo nas decisões referentes à área. Essas ações provenientes da implantação da unidade de conservação, na realidade institucionalizaram uma forma de vida já praticada antes da criação da Resex. A criação da mesma nesse sentido foi, portanto, um diferencial significativo para que os demais sujeitos e comunidades residentes da área fossem também sensibilizados para a importância da prática de uma relação equilibrada com a natureza, que é revertida positivamente para esses próprios sujeitos. Um dos exemplos – apontado por um pescador e conselheiro da resex – foi a retirada de um lixão na comunidade Carne de Vaca/Goiana, que se localizava numa área de mata, próximo a nascentes de água, cujo uso é compartilhado por todos da comunidade. Apesar de a nascente não estar localizada dentro dos limites legais da reserva, a existência da mesma foi determinante na denúncia e na reivindicação da limpeza dessa área. Além disso, a relação das moradoras e moradores com a água dessa nascente é a do uso compartilhado, seguindo a lógica

da resex. Outro exemplo é o cancelamento do transporte (balsa) que levava turistas e moradores da praia Carne de Vaca ao município Caaporã, outra margem do estuário, já no estado da Paraíba. O transporte foi cancelado quando acabou o contrato com a empresa que fazia o transporte e não foi renovado porque não está permitido na legislação que rege as reservas extrativistas. Segundo pescadores e pescadoras o ponto positivo foi parar o uso exacerbado do transporte por turistas. Está sendo estudado um transporte que atenda aos moradores das duas comunidades.

Ressaltamos que as pescadoras e pescadores percebem e utilizam os bens naturais da área da Resex tanto como o seu lugar de vivência, quanto como meio de reprodução de suas vidas. Assim, o compartilhamento, o cuidado, a busca por respeitar os movimentos da natureza já faziam parte da forma de vida dessas pessoas; embora naturalmente, não sem alguns embates e divergências na convivência, que são dialogados com o objetivo de alcançarem um consenso. Entendemos que a resex – tanto o processo de luta quanto a implementação e manutenção – é um instrumento de empoderamento para a efetivação de uma *gestão compartilhada* dos bens naturais junto aos sujeitos e comunidades da área e frente ao Estado e ao grande capital – representantes dos mais importantes conflitos dessa gestão.

Foram realizadas até o momento desse trabalho, pesquisas de campo apenas em comunidades localizadas no estado de Pernambuco, todas pertencentes ao município de Goiana: Praia Carne de Vaca, distrito Tejucupapo, comunidade São Lourenço (localizada no distrito Tejucupapo), comunidade Baldo do Rio (localizada na sede de Goiana). Foi durante esses trabalhos de campo que constatamos essa forma de vida que envolve o compartilhamento do uso dos bens naturais, o cuidado, o respeito e a fiscalização com as normas de gestão acordadas. Ao mesmo tempo, também constatamos que a prática dessa forma de se relacionar com a natureza não é ainda vivida em sua totalidade por todas e todos que moram na área. Ainda há um processo de sensibilização e participação em curso.

A GESTÃO COMPARTILHADA NO CONSELHO GESTOR

A gestão compartilhada em todas as reservas extrativistas e assim na resex Acaú-Goiana é efetivada por meio do Conselho Deliberativo, que é mediado pelo ICMBio. O Conselho é constituído por representantes do poder público, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área da resex. Segundo a Instrução Normativa nº 02, de 18 de setembro de 2007, os representantes da população tradicional da RESEX deverão ter pelo menos, a maioria do número de votos (50% + 1). Assim é a constituição do conselho na Resex Acaú-Goiana.

Um dos nossos questionamentos frente aos pescadores e pescadoras que fazem parte do conselho foi sobre a eficácia de suas participações nas tomadas de decisões. Quando questionados se sentem que as demandas das comunidades são representadas e respondidas

pelo Conselho Deliberativo, afirmaram que sim. Não sem embates com representantes de outros grupos (poder público e empresários), mas geralmente com resultados positivos para as comunidades, principalmente por representarem maioria nos assentos. Segundo elas, às vezes há divergências de opiniões em determinados assuntos de interesse coletivo, mas que geralmente conseguem entrar em acordo sobre o que é melhor para as comunidades. O conselho se reúne na sede da cidade de Goiana trimestralmente.

Assistindo as reuniões do Conselho Deliberativo, constatamos que entre os pontos atuais questionados pelos pescadores e pescadoras e colocados em discussão no conselho, os de maior relevância segundo a nossa compreensão são: ausência de fiscalização na área da resex; ausência de informações acerca de supostos proprietários de terras; incertezas sobre os limites da resex e ausência de demarcação da área de amortecimento; necessidade de um levantamento de toda a orla da resex. Outro ponto que foi discutido é um diagnóstico sobre as reservas extrativistas do Brasil, feito pela Universidade Federal de Viçosa – UFV, o qual está sendo questionado sobre sua veracidade nos dados e o risco que isso representa para as comunidades. Sobre isso foi colocado que a quantidade de beneficiários está inferior a quantidade real da resex. Os funcionários do ICMBio que mediavam a reunião informaram que houve erros em unidades de todo o Brasil e que isso está sendo revisto. A construção do Plano de Manejo da resex também vem sendo discutida, especificamente sobre o andamento e a necessidade de avançar, considerando que em relação a gestão da resex, o conselho tem apenas o Acordo de Gestão que ainda está para ser aprovado e publicado neste ano de 2015, para poder ser considerado legal.

Acompanhar a reunião do conselho permitiu-nos identificar de forma mais abrangente as preocupações dos pescadores e pescadoras com respeito à resex. Uma delas diz respeito a necessidade de haver dados precisos da unidade no tocante aos limites da mesma e às terras que supostamente são de propriedade privada. Constatamos em campo que não há nenhum indicativo (como placas) dos limites da unidade; somando isto ao fato de não haver demarcação da área de amortecimento, há uma enorme dificuldade de fiscalização e reivindicação do respeito aos limites por parte das comunidades frente a propriedades e empreendimentos privados. A ausência do plano de manejo também é uma preocupação importante, porque contribui na fragilidade do conselho na tomada de decisões e em enfrentamentos necessários. O que inferimos a partir dessas observações é a percepção das comunidades sobre a disputa de território e o jogo de forças existentes na área da resex.

Considerações: os limites impostos pelo capital e pelo Estado na gestão compartilhada

A Resex Acaú-Goiana está situada numa área de grande interesse econômico para o Governo do estado de Pernambuco e para diversas empresas, inclusive muitas que vêm mantendo relações com o governo estadual. Empresas antigas, já instaladas na área antes mesmo da implantação da Resex, como usinas de cana-de-açúcar, indústria de cimento e pigmentação e a Atlantis, além da empresa de carcinicultura – Atlantis – que tem sua sede e fazendas de camarão localizadas no meio da área da Resex.

Além da Atlantis, as usinas de cana-de-açúcar representam outro entrave na gestão da Resex. Segundo pescadores e pescadoras não se sabe se elas respeitam os limites da Resex. Na realidade, há hipóteses de que esses limites não são respeitados de forma alguma e, além disso, os corpos de água são constantemente poluídos por resíduos dessa monocultura. Na pesquisa de campo foi possível constatar a presença do cultivo nas margens dos rios e manguezais, não sendo possível saber os reais limites da Resex.

Além das antigas empresas supracitadas, a Resex também tem em seu entorno – provavelmente onde seria sua área de amortecimento – um polo logístico que ainda está em fase de desenvolvimento, mas que já se constitui de várias empresas, como a FIAT que foi recentemente implantada, um polo farmacológico e outras empresas de cimento e pigmentação. Já existem várias denúncias por parte de pescadores e pescadoras sobre poluição dos corpos de água por essas empresas, além de avanço de limites territoriais legais. A ausência da delimitação da zona de amortecimento da Resex agrava esse problema, uma vez que o Conselho Deliberativo não tem um instrumento legal para tentar conter os impactos causados. Como se vê, a Resex Acaú-Goiana faz parte de uma acirrada disputa de território, onde os maiores impactados por esses conflitos são as pescadoras e os pescadores artesanais, uma vez que reproduzem suas vidas a partir desses espaços transformados em territórios, e dos bens naturais de uso comum, transformados em recursos para o grande capital.

Nesse contexto, as Reservas extrativistas mesmo sendo uma forma de reserva legal, estão dentro dessa realidade como territórios de povos tradicionais constantemente ameaçados pelo avanço do capital e na maioria dos casos, sob legitimação do Estado. Como já foi colocado, o Estado tem um papel específico e crucial na reprodução capitalista, o que desenha conseqüentemente, a forma como se dá a relação com as comunidades tradicionais e com o conselho gestor das Resex. Isso nos leva a inferir que o poder decisório e a autonomia territorial das comunidades que vivem dentro dos limites das Resex, dependem de diversos fatores para que sejam reais. Dentre esses fatores, destacamos a coletividade e capacidade de diálogo em torno do interesse comum, entre as comunidades da Resex; a relação do poder público local com

o conselho gestor (com maior ou menor grau de autoritarismo e disposição nas implementações) e; o nível de interesse econômico que a área e o entorno da resex representam no estado ou município onde se localiza.

Os fatores supracitados são em nosso entendimento, os que mais interferem de forma negativa ou positiva quando se diz respeito ao poder decisório e à autonomia territorial. Contudo, diante da *acumulação por espoliação* e de todos os elementos que fazem parte desse processo, as Reservas extrativistas devem ser tomadas como uma forma de resistência, que, fazendo parte das “legalidades do Estado”, se configuram como um instrumento de luta que tem como premissa a legitimação estatal do mesmo. Isso possibilita apesar de tudo, um espaço de autonomia territorial e poder decisório, já que o Estado, pressionado por um processo de luta – é importante ressaltar sempre – legalizou um território fundado em uma forma de vida que vai contra a lógica capitalista e seu modelo *extrativista espoliador*. Um território de um modo de vida e de trabalho que reproduz e defende uma vida pautada no uso comum dos bens naturais, na segurança alimentar e na rejeição da ideologia que transforma o ser humano e a natureza em mercadorias.

REFERÊNCIAS

DIEGUES, Antônio Carlos. Formas de Organização da Produção Pesqueira no Brasil: alguns aspectos metodológicos. Publicado originalmente em Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar, Ática 1983. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nuapaub.fflch.usp.br/files/color/prodpesqueria.pdf>>. Acesso em agosto.

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco. (2011): Reservas extrativistas e pesca artesanal: etnografia do campo socioambiental em Pernambuco. Relatório Final de Pesquisa referente ao Programa de infraestrutura para jovens pesquisadores – Programa Primeiros Projetos – PPP/Facepe/CNPq, 2011.

HARVEY, David. A teoria Marxista do Estado. In_A produção capitalista do Espaço. São Paulo, SP: Anablume, 2005, p. 77-94.

_____. El “nuevo” imperialismo: acumulación por desposesión. Socialist register 2004 (enero 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005b.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; UFPB – Universidade Federal da Paraíba. Diagnósticos socioeconômico, ambiental e biológico da região dos estuários dos rios Goiana e Megaó – PE/PB. 2006.

MALDONADO, Simone Carneiro. Mestres e Mares: espaço e indivisão na pesca marítima. São Paulo: Annablume, 1994, 2ª edição.

MARINI, R.M. Dialéctica de la dependencia. México: Ediciones Era, 1973.

- MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. O Capital. Crítica da Economia Política. Livro I, volume I. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.
- _____. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MASCARO, Alysson Leandro. Estado e Forma política. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MÉSZÁROS, István. A ordem da reprodução sociometabólica do capital. In_ Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo, Boitempo, 2002, p. 94-132.
- _____. O desafio e o fardo do tempo histórico. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MIGNOLO, W. D. La idea de América Latina: La herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa, 2003.
- PERNAMBUCO. Governo do estado. Comissão de Defesa do Meio Ambiente do estado de Pernambuco. Análise da proposta de implementação de Reserva Extrativista Acaú-Goiana.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 227-277. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D1207.dir/12_Quijano.pdf>. Acesso em abril, 2015.
- RAMALHO, C. W. N. A Arte de Fazer-se Pescador Artesanal. Anais do II ANPPAS, Indaiatuba – São Paulo, 26 a 29 de maio de 2004. Disponível em http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT08/cristiano_ramalho.pdf. Acesso em outubro de 2014.
- SVAMPA, Maristella. Consenso de los Commodities» y lenguajes de valoración en América Latina. Nueva Sociedad. No 244, marzo-abril de 2013, ISSN: 0251-3552. Disponível em: <http://www.unesco.org/ushs/red-bioetica/fileadmin/ushs/redbioetica/Consenso_de_Commodities.pdf>. Acesso em maio, 2015.
- _____. Pensar el desarrollo desde América Latina. In_ MASSUH, Gabriela (org^a) Renunciar al bien común. Buenos Aires: Mardulce, 2012.
- TEUBAL, M.; PALMISANO, T. Acumulación por desposesión: la colonialidad del poder en América Latina. In_ MASSUH, Gabriela (org^a). Renunciar al bien común. Buenos Aires: Mardulce, 2012.